



ROSELI MARCELLI

**PENSAR A EDUCAÇÃO
A PARTIR DO TERRITÓRIO**



Revista **1ª** EVOLUÇÃO

Ano IV - nº 39 - Abril de 2023

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Organização:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Colunista:

Ana Paula de Lima

Isaac dos Santos Pereira

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Andréa Godoy Miyashiro

Célia Maria Batista

Maria Elena dos Santos Silva

Miriam Ferreira

Pâmella Kelly Ripardo Barros de Mendonça

Priscila Paula da Costa da Silva

Rosângela Adelina dos Santos Oliveira

Tânia Maria Pereira Castro

Viviane de Cássia Araujo

Viviane Salvador de Almeida Gaspar

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. - ano 4, n. 39 (abr. 2023). - São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2023. 108 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

Vol. 1, n. 39 (abr. 2023)

ISSN 2675-2573 (on-line)

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2675-2573.rpe.39

1. Educação - Periódicos. 2. Pedagogia - Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede - Bibliotecária - CRB-8/5877

ACESSOS:

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.39>

A

São Paulo | 2023

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Dr. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Mirella Clerici Loayza
Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Dr. Isac dos Santos Pereira
Prof. Me. José Wilton dos Santos

Edição, Web-edição e projetos:

Antônio Raimundo Pereira Medrado
Vilma Maria da Silva
Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



A revista PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um projeto editorial criado pela **Edições Livro Alternativo** para ajudar e incentivar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

Seu corpo editorial é formado por professores/as especialistas, mestres/as e doutores/as que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

Uma de suas principais características é o fato de ser **independente e totalmente financiada por professoras e professores**, e de distribuição gratuita.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores/as e autores independentes;

Financiar (total ou parcialmente,) livros de professoras/es e estudantes da rede pública.

PRINCÍPIOS:

Os trabalhos voltados para a **educação, cultura** e produções independentes;

O uso exclusivo de **softwares livres** na produção dos livros, revistas, divulgação etc;

A ênfase na produção de **obras coletivas** de profissionais da educação;

Publicar e divulgar **livros de professores(as)** e autores(as) independentes;

O respeito à **liberdade e autonomia** dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à **diversidade**.

**Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.**

Produzida com utilização de softwares livres



Filiada à:



Platform &
workflow by
OJS / PKP

Google Acadêmico



www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

05 APRESENTAÇÃO

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac dos Santos Pereira

08 Refletindo sobre pessoas... aprendendo com elas

Ana Paula de Lima

10 Poema

João Pedro Pinhal

11 Tirinha

Arthur de Sousa Silva

12 DESTAQUE

Profa. Roseli Marcelli

PENSAR A EDUCAÇÃO A PARTIR DO TERRITÓRIO



ARTIGOS

- | | |
|---|-----|
| 1. NEUROCIÊNCIA E SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL
Andréa Godoy Miyashiro | 19 |
| 2. A ARTE E OS JOGOS NA CULTURA INDÍGENA
Célia Maria Batista | 29 |
| 3. O APRENDER, O BRINCAR E A LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Maria Elena dos Santos Silva | 37 |
| 4. A NEUROCIÊNCIA EM PROL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
Miriam Ferreira | 47 |
| 5. A HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL E SUAS INFLUÊNCIAS NA ORTOGRAFIA
Pâmella Kelly Ripardo Barros de Mendonça | 55 |
| 6. A PSICOPEDAGOGIA NO ÂMBITO EDUCACIONAL
Priscila Paula da Costa da Silva | 67 |
| 7. CURRÍCULO E AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS E TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS
Rosângela Adelina dos Santos Oliveira | 75 |
| 8. O DESENHO UNIVERSAL DA APRENDIZAGEM (DUA) E ESTRATÉGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
Tânia Maria Pereira Castro | 85 |
| 9. A IMPORTÂNCIA DA LEITURA E DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS
Viviane de Cássia Araujo | 93 |
| 10. A EDUCAÇÃO COM ESTÍMULOS COMO AUXÍLIO NA PRIMEIRA INFÂNCIA
Viviane Salvador de Almeida Gaspar | 101 |

CURRÍCULO E AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS E TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS

ROSÂNGELA ADELINA DOS SANTOS OLIVEIRA

RESUMO

A presente pesquisa se desenvolve a partir da investigação bibliográfica, acerca do tema do currículo educacional em articulação com os processos avaliativos, na dimensão dos direitos às aprendizagens. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, a qual tem por abordagem de análise a psicologia histórico-cultural e a pedagogia histórico-crítica. O objetivo central da pesquisa, a análise e comparação entre as tendências pedagógicas liberal e libertadora/libertária, de modo a compreender a importância das diferentes concepções pedagógicas críticas presentes nos currículos e avaliações. Nessa direção, foi possível reconhecer a importância das concepções crítico-reflexivas de educação que consideram e respeitam o contexto sócio-histórico dos educandos em seus processos de aprendizagem e desenvolvimento.

Palavras-chave: Avaliação; Currículo Educacional; Desenvolvimento; Educação Crítico-reflexiva.

INTRODUÇÃO

Um dos ramos de estudo mais importantes sobre educação é aquele concernente ao currículo em suas diferentes facetas, tanto teórico, oficial e empírico. Ainda que não devessem ser concebidos separadamente, na prática cotidiana, na maioria das vezes, apresentam-se totalmente apartados: teórico enquanto produções vindas do mundo acadêmico científico; o oficial, aquele expresso na lei; e o empírico como sendo as práticas e experiências escolares comuns que se efetivam no cotidiano. Este é o tema explorado nessa explanação, partindo inicialmente das caracterizações das diferentes possibilidades de tendências pedagógicas, passando pelas concepções de aprendizagens, para finalmente, correlacionar com os mecanismos e concepções de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.

A partir dessa breve explanação, pode-se constituir como pergunta norteadora da pesquisa a seguinte indagação: de quais formas o currículo educacional, em suas diferentes facetas, pode contribuir nos processos de ensino-aprendizagem e desenvolvimento, na medida em que oportunize processos avaliativos que garantam os direitos às aprendizagens?

Nessa esteira, consubstanciam-se como objetivos da presente investigação o reconhecimento e caracterização de duas tendências pedagógicas, sendo elas, a liberal

conservadora e a progressista libertária. Na mesma medida, apresentar as concepções de aprendizagens associadas a cada uma dessas tendências; para, finalmente, a partir desses reconhecimentos, explicar as possibilidades avaliativas dos processos de ensino-aprendizagem, assim como, explicar os seus significados.

Avalia-se então de fundamental importância tais reflexões críticas dada a constatação de perda gradual de sentido da escola para educandas e educandos das classes sociais mais vulneráveis, uma vez do período histórico contemporâneo apresentar forte movimento de desvalorização do caráter emancipador da Educação, além de uma formulação desta mesma Educação que, por um lado, afirma estar fundada em princípios utilitaristas necessários de atendimento técnico das demandas produtivas produtora de riquezas, mas que por outro, contraditoriamente, não expressa essa sua importância em termos de desenvolvimento econômico da classe trabalhadora. Ou seja, mesmo advogando em defesa da necessidade do tecnicismo para proporcionar desenvolvimento econômico, esse desenvolvimento se concentra apenas em uma parcela restrita da sociedade, de classes historicamente dominantes e opressoras.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa trata-se de revisão da literatura, a partir de concepções qualitativo-descritiva, tanto na seleção do tema, quanto do arcabouço teórico-metodológico. Na abordagem de análise, tem-se como referência tanto a psicologia histórico-cultural, preconizada por Lev Vigotski, quanto os preceitos histórico-críticos de Dermeval Saviani.

Ainda que preliminarmente, no transcurso da investigação, foi possível fazer inferências que apresentam indícios da importância da coerência e coesão do currículo educacional em relação as condições materiais e simbólicas de cada rede de ensino, assim como, em atendimento às necessidades específicas das unidades educacionais, de modo que, além do acesso e permanência à educação, garanta os direitos de aprendizagens significativas, elementares na constituição e desenvolvimento da subjetividade dos sujeitos.

O SENTIDO LATO DA EDUCAÇÃO

A Educação contemporânea coaduna em si diferentes significados dependendo dos interesses específicos daqueles envolvidos em sua produção. Estamos autorizados a afirmar que o momento histórico, dada suas características socioeconômicas, em alguma medida, a depender das circunstâncias, perverte os significados ontológicos da Educação. O que está sendo dito é que a Educação em suas origens tem por princípios elevação à autonomia e emancipação do sujeito, mas que os interesses particulares foram capazes de transformar esses princípios de forma que os satisfaçam. Ou seja, daí que diferentes significados vão criando corpo em torno da instituição Educação-escola, muitos dos quais ilegítimos.

De forma muito breve e direta, podemos caracterizar as relações sociais contemporâneas como sendo extremamente dinâmicas, apresentando como principais características 1. A volatilidade e 2, Sendo, em grande medida, resultante da primeira, a individualidade exacerbada; ou talvez, em termos melhores, egocentrismo inflado. Essa circunstância, primeiramente, leva à tendência ao isolamento, onde cada sujeito-cidadão se torna apenas um indivíduo em seus interesses particulares e, secundamente, a uma forte

corrosão da coesão social, ou seja, perda da capacidade de se reconhecer enquanto grupo no que concerne à dependência recíproca para a existência. Daí, o efeito imediato é a perda de valores morais e éticos sociais (importante pontuar que se fala aqui em valores sociais e não moral e ética no sentido pernicioso da religiosidade).

Pode-se inferir ainda que é a diversidade que movimenta a História; ou ainda, a História é constituída por uma diversidade cultural, sendo a escola definida por esse contexto. Considerando a Educação enquanto Instituição social que tem por característica ontológica a reflexão crítica e o pensamento livre, proporcionando a emancipação do sujeito, suas diretrizes contemporâneas precisam necessariamente seguir os princípios democráticos. Dentre outros aspectos, os princípios democráticos se relacionam com o reconhecimento e valorização das diferenças, visto que só a partir deste reconhecimento que se evita os preconceitos e discriminações. Ou seja, a diversidade cultural é elemento determinante na constituição de um currículo escolar que seja plural, democrático, crítico-reflexivo, inclusivo e livre. O não reconhecimento das diferenças remete a posturas e ações violentas de preconceito, discriminação, exclusão. Sendo assim, em termos singelos, a cultura no currículo escolar é responsável pela construção do sujeito-cidadão participativo, ativo e responsável. Ao fim e ao cabo, para além do currículo conteudista, o direito à Educação nestes termos significa a pluralidade cultural, o reconhecimento do outro, a troca de ideias, a tolerância e o desenvolvimento das capacidades crítico-reflexivas.

Da mesma forma, a tendência contemporânea na Educação, seguindo na esteira da gestão democrática e do currículo integrador, orienta-nos a reforçar o processo de acolhimento e permanência de educandos e educandas em suas diversidades e necessidades, tendo sempre por perspectiva, como não poderia deixar de ser, a questão da inclusão, na medida das experiências vivenciadas de cada sujeito, ou seja, considerações acerca do contexto social de cada educando, ainda que exista um currículo nacional. “[...] discutir a escola no campo da diversidade leva-nos à necessidade de compreendê-la sob a ótica das diferenças e desigualdades. Implica ainda compreender a multiplicidade de sujeitos que compõe este espaço” (AOYAMA; PERRUDE, 2009, p. 169).

[...] a inclusão é garantia, a todas e todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, uma sociedade mais justa, mais igualitária, e respeitosa, orientada para o acolhimento da diversidade humana e pautada em ações coletivas que visem a equiparação das oportunidades de desenvolvimento das dimensões humanas (MONTEIRO, 2001, p. 1).

Inclusão no sentido, primeiramente, do reconhecimento da educanda e educando enquanto centralidade do processo de ensino-aprendizagem, sem os quais, não haveria sentido da existência da escola; secundamente, inclusão na perspectiva das diferenças enquanto potencialidade, tanto da construção de novos saberes, quanto da reflexão crítica do papel social da Educação escolarizada, assim como do nosso papel enquanto professoras e professores e cidadãos pertencentes a um tecido social.

CURRÍCULO, AVALIAÇÃO E DIREITO ÀS APRENDIZAGENS

A partir dessa primeira fundamentação, faz-se necessário apresentar as características das tendências pedagógicas, as concepções avaliativas de cada qual, para finalmente pontuar os seus significados.

O processo de avaliação das aprendizagens inicia-se quando das relações mais imediatas entre professor-aluno. Ainda no primeiro estágio, deve-se existir momentos de explanação sobre o tema específico abordado e respectivas discussões. Durante o desenvolvimento do projeto, pesquisas autônomas serão praticadas pelas educandas e educandos, tanto individualmente quanto em grupo, todos se expressando enquanto mecanismos avaliativos.

Tendo por perspectiva os princípios qualitativos, propõe-se a avaliação formativa: o primeiro critério pode ser a participação/interesse no tema. Um segundo critério será alguma atividade que denote a compreensão sobre o tema, Por fim, o terceiro critério avaliativo possível é em termos da ação afirmativa, na qual o aluno tenha a oportunidade de expor a sua perspectiva. Importante ressaltarmos que deve-se considerar a personalidade de cada educando, tendo em vista que alguns alunos são mais introspectivos que outros ou o contrário. Sendo assim, outras formas de avaliação devem ser sempre uma possibilidade, por exemplo, no caso, entrega de relatório ou pesquisa extraclasse.

Tendo em vista que a avaliação também é um artefato que possibilita avaliar não apenas o aluno, mas o próprio processo de ensino-aprendizagem e as formas na qual ele está se dando, assim como as práticas docentes, importante pensar em alguma forma quantitativa. Pode ser algum relatório aberto, uma avaliação direcionada, avaliação afirmativa, ou mesmo o educador relatar em local próprio suas observações do interesse/participação dos alunos. Ou seja, produção de algum tipo de registro ou documento. Essa prática é de fundamental valia para a identificação de acertos e equívocos manifestados durante o processo de ensino-aprendizagem.

A partir desse primeiro movimento, espera-se que os educandos sejam capazes de exercitar a prática da argumentação, da investigação e da pesquisa, além do que, da capacidade de expressar suas ideias na forma escrita; sempre possibilitando uma flexibilidade para que o educando se expresse mormente na forma que se sinta mais confortável. Aqui neste momento está se aplicando as avaliações diagnóstica e formativa.

O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais (SILVA, 1996, p. 23)

Concernente a avaliação somativa, se dará preferência pela pesquisa extra classe e respectiva produção de trabalhos escritos. Avalia-se que esta proposição é aquela que possibilita maior internalização de conhecimento, assim como, possibilidade de reflexão. Mas também não se abre mão da aplicação de provas escritas e orais, respeitando as disposições

e melhores condições de adaptação dos educandos. Deve-se enfatizar também que não se deve considerar a avaliação enquanto estanque e rígida, mas antes enquanto um processo, pertencente ao processo maior de ensino-aprendizagem.

Defende-se então que a avaliação deverá ser fundamentada em três tipos ou modelos: formativa, cumulativa e auto-avaliação. Entretanto, apenas como forma de orientação das abordagens dos temas e da metodologia pedagógica a ser utilizada, no início do projeto se fará a avaliação diagnóstica.

1. **Avaliação formativa:** buscará verificar se as propostas de reflexão e aprendizagem estão/foram atingidas, tendo por consideração que estas aprendizagens são um processo.
2. **Avaliação cumulativa:** a partir dos momentos de reflexões críticas em cada encontro e das apresentações dos seminários de cada grupo, é possível perceber o que foi aprendido naquela aula e também a carga de aprendizagem acumulada no decorrer do projeto.
3. **Autoavaliação:** a proposta aqui é a de ação afirmativa. Momento de autonomia e motivação dos educandos. Tipo de avaliação que pode ser feita em compartilhamento com a professora, entretanto, sugere-se que se atribua tal responsabilidade apenas às educandas e aos educandos, explicitando os processos de autoconsciência crítica de cada um e reforçando os vínculos de confiança da professora para com as educandas (BARRETTO; PINTO, 2000).

O currículo escolar pode assumir dois diferentes significados quando se pensado no contexto da Educação escolarizada: no primeiro sentido, em âmbito mais restrito, refere-se aos conteúdos a serem trabalhados, às atividades realizadas, às regras particulares da Unidade Escolar, aos cronogramas, ao fim e ao cabo, ao cotidiano da escola. Por seu turno, em termos mais expandido, são diretrizes pedagógica-educacionais que servirão de lastro para a prática docente, para as responsabilidades da escola e para os processos de ensino-aprendizagem concernente ao desenvolvimento global das educandas e dos educandos.

Tendo por base esses conceitos de currículo escolar, fundado na concepção de Educação enquanto Instituição social libertária que possibilita a emancipação do sujeito, o que está se afirmando é a existência de diferentes facetas da escola na sociedade contemporânea, que são definidas por esse currículo. Se, em poucas palavras, a escola é o lugar de formação do sujeito enquanto cidadão, tanto para a cooperação social, como para o mundo do trabalho, cabe ao currículo flexibilidade para atender as peculiaridades e demandas de cada localidade, ainda que existam definições universais em sua constituição.

Nesta esteira, remete-nos diretamente a pensar outra proposta de currículo, a qual dialogue de forma mais contundente com o contexto social contemporâneo e com o entorno da Unidade Escolar, mais especificamente, da rede pública localizada nas regiões periféricas mais afastadas das cidades. Além da administração do cotidiano e da expansão cada vez maior da participação democrática, o seu objetivo último é a aprendizagem efetiva e significativa dos educandos, sempre no sentido libertário e emancipador, de modo que seu cotidiano da Unidade Escolar possibilite o desenvolvimento das potencialidades do sujeito e o desenvolvimento das competências que a vida em sociedade demanda. Ainda nessa mesma

perspectiva democrática, em uma breve referência ao corpo gestor da escola, a gestão escolar deve ser capaz de extrapolar os princípios de currículo conteudistas caso eles ainda existam, estabelecendo relações dialógicas com a realidade que a cerca. Assim nos fala Bussmann sobre a gestão escolar, "[...] compreender, situar e realizar, com a devida abrangência e visão integradora, o processo e os procedimentos de planejamento da escola, de sua organização e de seu funcionamento para que alcance seus objetivos e cumpra a sua tarefa socioeducativa, como organização de natureza social que é" (BUSSMANN, 2010, p. 39).

O multiculturalismo em contexto escolar tem, inerentemente, como proposta o respeito às diferenças e diversidade. Essa é a reflexão preliminar quando se pensa em multiculturalismo, e não apenas em contexto escolar. A partir disso, conseqüentemente evidencia-se a construção de saberes, uma vez que saberes são erigidos a partir de conhecimentos diversos e diferentes. E finalmente, pode-se afirmar que o multiculturalismo é a própria feitura da História, na medida em que a gama de possibilidades que se apresenta, define a própria dinâmica das interações e relações sociais. Isso por que, como afirma Fleuri sobre multiculturalismo "[...] são movimentos que interrompem no interior das próprias sociedades ocidentais, articulando-se em torno de variadas especificidades étnicas, de orientação sexual ou opções de estilo de vida, de preferência religiosa, de pertenças geracionais ou de limitações físicas de comunicação e locomoção" (FREURI, 2009, p. 103).

O que se percebe então é que o multiculturalismo é elemento estruturante de um currículo que se propõe plural, horizontalizado, participativo, tolerante e que reconheça educandos e educanda na condição de centralidade dos processos de ensino-aprendizagem, o que significa reconhecê-los enquanto sujeitos ativos, atuantes, participativos e produtores de cultura e de história. É a partir do multiculturalismo que se pode compreender adequadamente a realidade em suas diferenças e complexidade, por conseguinte, possibilitando a adequada atuação do sujeito.

A cultura enquanto conceito que engloba costumes, língua, território, crenças e afins, referente ao sujeito imerso em um contexto social globalizado, é definidora das identidades. "O conceito antropológico de cultura passa necessariamente pelo dilema da unidade biológica e a grande diversidade cultural da espécie humana. Consiste em uma preocupação com a diversidade de modos de comportamento existente entre os diferentes povos" (ESCARIÃO, 2006, p. 47).

Dialogando com a situação problema proposta, evidencia-se que a professora regente que Carolina acompanhou segue a tendência pedagógica liberal, que se apresenta como um grande tema que abarca subcorrentes. A tendência liberal concebe a Educação enquanto artefato de preparação do sujeito em função de cumprimento de papéis sociais preestabelecidos, fortemente definidos por questões econômicas. Nesse sentido, a pedagogia liberal enxerga educandas e educandos como futura força de trabalho, com pouco espaço para elementos filosóficos, sociológicos, políticos, artísticos etc. por isso que a professora que Caroline acompanhou presa tanto pela disciplina, pela aula expositiva, pelo cumprimento de tarefas dentro das normas e dos prazos, retirando quase que totalmente o caráter subjetivo de diálogo do processo de ensino-aprendizagem. Ainda, a subcorrente da professora regente em questão é aquela tradicionalista, concorrendo para a ideia de cultura

enquanto desenvolvimento das aptidões individuais para cumprimento de papéis sociais. Daí a imposição de uma organização da sala de aula tipicamente “bancária”, em fileiras, cada qual olhando para seu caderno, dedicados exclusivamente ao que a professora define como atividade do dia etc., revelando-se ser um disciplinamento muito próximo daquele desejado em linhas de produção fabris.

Por outra parte, a professora regente que Pedro acompanhou segue uma tendência totalmente diferente, podendo ser aproximada tanto da corrente libertária, quanto da corrente libertadora, que ao fim e ao cabo, comungam de muitos princípios em comum. São correntes que buscam a autonomia e emancipação do sujeito, o que pressupõe valorização da bagagem de experiências vivenciadas por educandas e educandos e uma gestão pautada essencialmente em princípios democráticos. Importante pontuar que tais correntes propõem a autonomia e emancipação do sujeito não em seu sentido individualista, antes, para a vida coletiva fortemente comunitária. Daí que os processos de ensino-aprendizagem se efetivam no diálogo e em grupo. Para diferenciar a corrente libertária da corrente libertadora, deve-se perceber uma sutileza: a abordagem libertária propõe a autonomia e emancipação a partir da Educação formal, de conhecimento sistematizado difundido e ensinado pela escola. A abordagem libertadora propõe a mesma autonomia e emancipação, mas muito mais próxima de uma Educação não-formal, de sabedoria do cotidiano, saberes populares, que sejam conhecimentos e saberes significativos ao contexto específico em que acontece o processo de ensino-aprendizagem (SAVIANI, 2003). A Educação libertadora é aquela proposta por Paulo Freire.

Assim, pode-se reconhecer que a professora Lourdes, regente que foi acompanhada por Caroline, necessariamente valoriza a avaliação somativa, preocupada com a mensuração do rendimento de cada aluno, buscando estabelecer uma classificação, de certo modo hierárquica, para determinar o progresso de cada um. Já Melissa, regente acompanhada por Pedro, fundamenta-se em princípios da avaliação formativa, preocupada com a constituição de educandas e educandos, a partir do diálogo e negociação dentro de um processo interativo de respeito e valorização da diversidade.

A avaliação pode e deve alimentar constantemente, o diálogo entre aluno e professor, permitindo a ambos, numa relação dialética informações sobre fazeres e aprendizagens cada vez mais significativas para ambos. O professor precisa apoiar o aluno com informações que possa esclarecê-lo, encorajá-lo e orientá-lo quanto a possíveis sucessos e insucessos, permitindo-lhe situar-se melhor na sua jornada estudantil (RABELO, 1998, p. 81).

Desta forma, no currículo escolar, a cultura exerce um papel de flexibilização e plasticidade das determinações e conceitos. Ou seja, conceber o currículo escolar, tanto em sua dimensão micro, quanto macrocósmica é, primeiramente, considerar as especificidades de cada região e localidade, assim como dos próprios sujeitos. Cada sujeito tem sua subjetividade e deve ser respeitada, obviamente que sempre na medida em que os pactos sociais sejam também observados. Infere-se então que, a diversidade cultural da sociedade globalizada precisa necessariamente estar expressa no currículo escolar, pois só assim se estrutura um currículo plural pautado no respeito e reconhecimento mútuo.

Considerando que a Educação enquanto Instituição social tem por característica ontológica a reflexão crítica e o pensamento livre, proporcionando a emancipação do sujeito, suas diretrizes contemporâneas precisam necessariamente seguir os princípios democráticos. Dentre outros aspectos, os princípios democráticos se relacionam com o reconhecimento e valorização das diferenças, visto que só a partir deste reconhecimento que se evita os preconceitos e discriminações. Ou seja, a diversidade cultural é elemento determinante na constituição de um currículo escolar que seja plural, democrático, crítico-reflexivo, inclusivo e livre. O não reconhecimento das diferenças remete a posturas e ações violentas de preconceito, discriminação, exclusão. Sendo assim, em termos singelos, a cultura no currículo escolar é responsável pela construção do sujeito-cidadão participativo, ativo e responsável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma sociedade que tem como um de seus preceitos a fundamentação em uma educação escolarizada, o processo de ensino-aprendizagem e o respectivo desenvolvimento das educandas e educandos não é algo que acontece de forma espontânea e aleatória. Condição *sine qua non* para que essa aprendizagem aconteça é o que se ensina e como se ensina - o processo, propriamente dito - precisam ser significativos ao educando.

E nesta medida, para que o processo de ensino-aprendizagem seja significativo ao educando, é de fundamental importância o papel do professor enquanto mediador. São diversos os aspectos envolvidos nessa referida mediação desempenhada pelo professor, não sendo possível tratarmos a fundo de todos eles. Nesta medida, enfatiza-se dois pontos: 1- na constituição de um processo ensino-aprendizagem significativo, talvez o que mais se evidencia seja a necessidade de conhecimentos que se relacionam e que sejam relevantes para o contexto social no qual a escola esteja inserida; 2- concernente ao desenvolvimento global e percurso escolar do aluno, avalia-se ser fundamental a presença do aspecto afetivo.

Destarte, Nesta esteira, pensando no processo de ensino-aprendizagem significativo, o primeiro elemento necessário é uma formação adequada do professor, que para além da ideia de uma formação conteudista, fomente a reflexão crítica e lhe possibilite o desenvolvimento da sensibilidade, do diálogo, da escuta atenta etc. A educação escolarizada não pode ser fundamentada no improviso; a educação escolarizada diz respeito a uma formação técnica e a planejamento, que municia o professor de recursos adequados para se lidar com as variadas situações. Nesse sentido que uma adequada formação favorece o desenvolvimento dessa sensibilidade.

Segundo Miacaret (1991 apud RAU; ROMANOWSKI; MARTINS, 2005, p.12), a ligação entre o ensino, a formação acadêmica e a formação pedagógica do educador, realça a ideia de que a prática na aula deve ser esclarecida pelos princípios teóricos e melhorada pelos resultados da investigação. A teoria pedagógica só pode erguer-se a partir de uma prática conhecida e refletida.

A educação está para muito além de apenas apropriação de conhecimentos científicos construídos ao longo da história; a educação é antes de mais nada, a possibilidade de construção de novos conhecimentos e saberes. E nessa medida, está umbilicalmente atrelada ao contexto social e à realidade que a cerca. E aí se evidencia esse papel mediador do professor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOWICZ, A.; RODRIGUES, T.C.; CRUZ, A.C.J. **A diferença e a diversidade na educação. Contemporânea**, São Carlos, n. 2, p. 85-97, ago.-dez. 2011.
- AOYAMA, A. L. F.; PERRUDE, M. R. S. **Educação e Diversidade: As armadilhas produzidas e reproduzidas no espaço escolar**. IX Semana 20 da Educação da UEL: política e gestão da educação: questões em debate. Londrina: UEL, 2009.
- ARROYO, M. G. **Políticas educacionais, igualdade e diferenças**. Porto Alegre: RBPAAE, 2011.
- BARRETTO, E.S. de S. e PINTO, R.P. (Coords.). **Estado da arte: Avaliação na educação básica**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Brasília: Inep/ Comped/PNUD, 2000.
- BUSSMANN, A. C. O projeto político-pedagógico e a gestão da escola. In: VEIGA, I. P.A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 2010, p. 37-52.
- CAMARGO, R. B. **Gestão democrática e nova qualidade de ensino: o conselho de escola e o projeto de interdisciplinaridade nas escolas municipais da cidade de São Paulo**. Tese de doutorado em educação. São Paulo: USP, 1997.
- CORSETTI, Berenice; RAMOS, Eloisa Capovilla da Luz. **Política educacional, educação patrimonial e formação dos educadores**. Ciências e Letras, Porto alegre: n. 31, p. 339-350, jan/jun., 2002.
- CURY, C. R. J. A Educação Escolar, a exclusão e seus destinatários. **Educação em Revista**: Belo Horizonte, n.48, p. 205-222, dez/2008.
- CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva. **"Gestão democrática" da escola pública: um movimento de "abertura" da escola à participação da comunidade?** Dissertação de mestrado. Maringá: UEM, 1999.
- CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez/niterói-RJ: Ed. da Universidade Federal Fluminense/Brasília-DF, LASCO do Brasil, 1991.
- CURY, C. R. J. O conselho nacional de educação e a gestão democrática. In: CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva. **"Gestão democrática" da escola pública: um movimento de "abertura" da escola à participação da comunidade?** Dissertação de mestrado. Maringá: UEM, 1999.
- DEMO, P. **A nova LDB: ranços e avanços**. Campinas: Papirus, 1999.
- DOURADO, Luiz Fernandez. **Gestão da educação escolar**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.
- ESCARIÃO, Renata. **Coletivos Culturais na PB: a arte em conjunto**. Acessado em 20 de abril de 2020.
- FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2003, no. 23 [citado 2009-03-24],p.16-35. Disponível em: <http://www.scielo.br.php?acesso> em abril 2020.
- GADOTTI, Moacir. **Diversidade Cultural e Educação para Todos**. Juiz de Fora: Graal, 1992.
- GROPPIA, Julio (org.): **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. 4. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998.
- LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola. teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.
- LIMA, L. C. **A escola como organização e a participação na organização escolar**. 2. ed. Braga: Instituto de Educação e Psicologia, 1998.
- LÜCK, H. **A gestão participativa na escola**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MIACARET, Gaston. **A formação de professores**. Coimbra: Semeclina, 1991.
- MONTEIRO, A. M. F. C. Professores: entre saberes e práticas. **Educação e Sociedade**, ano XXII, n.74, p.121-42. abr. 2001.
- PADILHA, P. R. **Educar em todos os cantos: reflexões e canções por uma educação intertranscultural**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2012.
- PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2007.
- _____. **Administração escolar: uma introdução crítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1988.
- SANDER, B. **A pesquisa sobre política e gestão da educação no Brasil: temáticas, resultados e perspectivas**. Trabalho apresentado no IV congresso luso-brasileiro de políticas e administração da educação, 2007, Lisboa.
- _____. **A gestão da educação na América Latina: construção e reconstrução do conhecimento**. Campinas: Autores Associados, 1995.
- SANTOS, B.S. A construção intercultural da igualdade e da diferença. In: SANTOS, B.S. **A gramática do tempo**. São Paulo: Cortez, 2006
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2003.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. V. 25. n° 3. p. 123-140. Dezembro 2009.

KRAWCZYK, Nora. **A gestão escolar: um campo minado**. 2007. Disponível em: Acesso em 29 junho 2017.

Rosângela Adelina dos Santos Oliveira

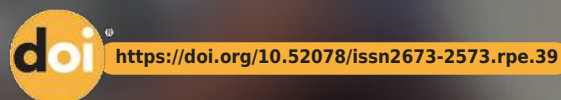
Licenciada em Pedagogia pela Universidade Cruzeiro do Sul, UNICSUL. Pós graduada em Políticas Públicas para Educação. Especialização em Educação Inclusiva e Alfabetização e Letramento pela Faculdade Campos Elíseos, FCE. Professora de Educação Básica na Prefeitura Municipal de Guarulhos, PMG.

Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.



ORGANIZAÇÃO:
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):
Andréa Godoy Miyashiro
Célia Maria Batista
Maria Elena dos Santos Silva
Miriam Ferreira
Pâmella Kelly R. Barros de Mendonça
Priscila Paula da Costa da Silva
Rosângela Adelina dos Santos Oliveira
Tânia Maria Pereira Castro
Viviane de Cássia Araujo
Viviane Salvador de Almeida Gaspar



Produzida com utilização de softwares livres



Platform &
workflow by
OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

